

ESCOLA CONTINGENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O CONTINGENCIAMENTO FINANCEIRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA FRENTE A ALUNOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

ANA PAULA ALMEIDA LIMA

Universidade Federal do Pampa – Unipampa

anapal.aluno@unipampa.edu.br

CATIANE LEITE ALMEIDA

Universidade Federal do Pampa – Unipampa

catianealmeida.aluno@unipampa.edu.br

SEBASTIÃO AILTON DA ROSA CERQUEIRA-ADÃO

Universidade Federal do Pampa – Unipampa

sebastiaocerqueira@unipampa.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar a partir da Teoria Contingencial da Administração, as relações entre o contingenciamento financeiro institucional e a permanência dos alunos Indígenas e Quilombolas na Universidade Federal do Pampa - Unipampa entre 2019 e 2022. Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, desenvolvido sob a forma de estudo de caso, com uso de entrevistas e observação participante para a coleta de dados. Como resultado, o estudo revelou que a teoria estava presente de forma implícita na organização, porém, os contingenciamentos externos impactaram nas políticas de assistência estudantil. Os programas atenderam à totalidade de alunos inscritos, mas houve fortes limitações de recursos. Para garantir a permanência desses alunos indígenas e quilombolas, foi necessário alinhar ações internas e externas, buscando maior divulgação das políticas específicas para esse público. A abordagem contingencial refere-se à rápida adaptação da organização à realidade imposta, ou seja, os cortes de verbas orçamentárias, assim, entende-se que a universidade estudada necessita também adotar um sistema de gestão de crise para contornar os inúmeros contingenciamentos que irá vivenciar em sua existência enquanto organização pública.

Palavras-Chave: Contingenciamento Financeiro; Teoria Contingencial; Alunos Indígenas e Quilombolas; Unipampa.

1. INTRODUÇÃO

As universidades públicas federais têm vivenciado um longo período de falta de recursos financeiros que podem ser consequências de problemas na gestão administrativa ou de contingenciamentos provocados pelo governo federal. Registra-se que desde 2015 tem havido uma diminuição contínua nos recursos de investimentos, tanto em universidades como em Institutos Federais de Ensino Superior, quedas que giraram em torno a 20% dos valores investidos em 2015, de modo que o orçamento do Ministério da Educação -MEC saiu de R\$ 121 bilhões naquele ano para R\$ 107,8 bilhões em 2020 (AGÊNCIA, 2021).

Os estudos de Ristoff (1999) apontam que países que destinam maiores recursos à educação, tem reflexos positivos tanto em qualidade de ensino mais elevada, quanto em infraestrutura de ponta nas universidades. Para o autor o investimento em educação superior pode ser traduzido pela regra “quanto mais, melhor”. Em estudos realizados nos Estados Unidos concluiu que os benefícios para os estados são maiores quando são direcionados os investimentos em educação superior, mesmo diante de circunstâncias desfavoráveis, a educação continua sendo uma oportunidade vantajosa, não vista pelo Brasil, que, focado em eficiência e redução de gastos públicos perdeu a capacidade de reconhecer a importância do impacto social da educação.

Nesse sentido, este estudo traz a Fundação Universidade Federal do Pampa - Unipampa como tela de fundo, tratando das políticas de assistência estudantil-AE, de prevenção à retenção e à evasão, destinadas ao acesso e permanência na graduação dos alunos indígenas aldeados e quilombolas (RESOLUÇÃO N°84, 2014).

Segundo Anastasiou (2001) mesmo com a política de assistência estudantil, muitas vezes, por questões financeiras, os alunos ingressantes ficam sem esses benefícios/auxílios, gerando problemas sociais e de desenvolvimento pedagógico, fazendo com que as instituições de ensino busquem alternativas em um contexto financeiro já fragilizado.

Nessa complexidade conjuntural que envolve a permanência universitária dos povos historicamente menos favorecidos, Indígenas Aldeados e Quilombolas, este estudo partiu do seguinte problema de pesquisa: **Qual a relação da Teoria Contingencial da Administração com o contingenciamento financeiro destinado aos alunos Indígenas e Quilombolas da Universidade Federal do Pampa - Unipampa entre 2019 e 2022?**

Para responder ao problema estabeleceu-se como objetivo geral: Identificar a partir da Teoria Contingencial da Administração as relações entre o contingenciamento financeiro institucional e a permanência dos alunos Indígenas e Quilombolas na Universidade Federal do Pampa - Unipampa entre 2019 e 2022, e como objetivos específicos: a) analisar a aplicação da Teoria Contingencial da Administração na Unipampa; b) descrever o contingenciamento financeiro na Unipampa -2019 a 2022; c) relatar a Assistência Estudantil - AE destinada a alunos Indígenas e Quilombolas da Unipampa - 2019 a 2022.

Como justificativa para o estudo, este artigo traz inovação sob o ponto de vista da inter-relação entre contingenciamento financeiro-orçamentário destinado aos indígenas e quilombolas da Unipampa e a Teoria Contingencial. Entende-se que os contingenciamentos financeiros são práticas que levam ao sucateamento das universidades, e nesse sentido, traz-se que as universidades públicas federais vêm sendo atacadas reiteradas vezes no que tange aos seus orçamentos anuais (AMARAL, 2019); existe precarização do trabalho docente, terceirização, flexibilização e sucateamento estrutural das Instituições de Ensino Superior públicas - IES, intensificados desde a destituição de Dilma Rousseff em 2016 (CRISTOFOLETTI; DIBBERN, 2018); evidenciando-se no governo Jair Bolsonaro, que para além dos cortes orçamentários, atacou a ciência, implementou medidas de fortalecimento e desarticulação das políticas educacionais em conjunto a notícias falsas, campanhas de desinformação e contingenciamentos (REZIO; SILVA, 2020). Em razão disso, o estudo

abordou esse recorte temporal, de 2019 a 2022 e por conter um período considerado como a maior interrupção da aprendizagem da história (UNESCO, 2020).

Em complemento às explanações, traz-se a visão de Trindade (2000) que coloca que a compreensão das dinâmicas presentes nas universidades e das políticas governamentais é fundamental para explorar novas abordagens, tarefa urgente, que permeia uma obrigação do âmbito acadêmico e do político, não delegável a terceiros. Tratar de contingencialidade no século XXI é compreender que as organizações necessitam, cada vez mais, adaptarem-se aos contextos externos, principalmente no que tange às influências externas financeiras que, nas organizações pesadas em termos de estrutura, como as universidades, têm maior dificuldade em se adaptarem, agindo com grande resistência (MEYER JR; MEYER, 2004).

Como contribuição prática, os resultados do estudo sugerem melhorias nos processos e práticas internas destinadas aos alunos indígenas e quilombolas a serem desenvolvidos pela pró-reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários e subsídios para a tomada de decisão pela gestão superior da Unipampa no que refere às políticas de assistência estudantil.

Após a introdução, o artigo estrutura-se com a Fundamentação Teórica seguido da Metodologia; Resultados e Conclusões.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentam-se os principais conceitos e temas abordados no estudo, o tópico 2.1 trata da Teoria Contingencial, o 2.2 sobre Contingenciamento Orçamentário e Financeiro, o 2.3 sobre a Assistência Estudantil- AE na Unipampa.

2.1 TEORIA CONTINGENCIAL

A teoria contingencial, também conhecida como teoria da contingência, é um dos principais enfoques dentro do campo da administração. Pode ser definida como “um conjunto de fatores visíveis e sensíveis, que mantém o constante estado de mudança, resultante da turbulência social” (LOPES, 1989, p. 199). Surge como uma alternativa às teorias anteriores, que buscavam estabelecer princípios universais para a gestão das organizações. Para melhor entendimento da teoria contingencial, faz-se necessário que inicialmente, seja discorrido sobre a teoria estruturalista.

A teoria estruturalista emergiu como uma tentativa de conciliar as diferenças entre a teoria clássica e a teoria das relações humanas. Enquanto a teoria clássica, representada por pensadores como Fayol, enfatizava as funções gerenciais e a estrutura formal da empresa, com a adoção de princípios administrativos pelos líderes de alto escalão, a teoria das relações humanas colocava o foco nas relações interpessoais e no bem-estar dos funcionários (SOUZA, *et al.* 2016).

Segundo Ferreira, Reis e Pereira (1997), o estruturalismo é uma corrente teórica que surgiu no campo da administração com o objetivo de compreender as organizações a partir de uma perspectiva mais abrangente, considerando, tanto os aspectos formais, quanto os informais, preenchendo lacunas entre as teorias clássica e das relações humanas. O estruturalismo considera que a organização é uma estrutura única, em todos os seus aspectos, portanto, é integrada, devendo-se analisar as influências externas à organização, como os fatores internos impactam em si mesma, observando-se a multiplicidade de relações que se estabelecem entre os fatores, reconhecendo que as organizações são sistemas complexos e dinâmicos, influenciados por uma variedade de fatores internos e externos.

Desta forma, a Escola Contingencial surge em resposta às limitações da abordagem estruturalista. Essa corrente teórica enfatiza a importância das contingências e reconhece que não existe uma única forma correta de administrar as organizações. A Teoria Contingencial é uma abordagem teórica do comportamento organizacional que se concentra em como certos

fatores contingentes, como tecnologia ou ambiente, influenciam o desenvolvimento e o funcionamento das organizações (MOLINARI; GUERREIRO, 2004).

Segundo Escobar e Lobo (2002), Woodward iniciou a Teoria da Contingência em 1958 ao estudar as relações entre a estrutura da empresa e a tecnologia. A inexistência de algo absoluto e imutável nas empresas é o fundamento central da teoria da contingência, o que implica que há uma variedade de fatores capazes de alterar a realidade das organizações.

Tendo-se as conceituações sobre teoria contingencial, o tópico seguinte trata do Contingenciamento Orçamentário e Financeiro.

2.2 CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Segundo definições do Congresso Nacional (2023), o contingenciamento é uma restrição imposta às programações aprovadas no orçamento público, o governo federal realiza uma avaliação periodicamente para observar o comportamento das receitas e despesas públicas, considerando-se as metas anuais estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO. De posse das avaliações, o Poder Executivo redige o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para limitar a execução das despesas de investimentos e custeio autorizadas (despesas discricionárias) no orçamento, estabelecendo os limites orçamentários para movimentar o empenho de despesas e os limites financeiros para executar o pagamento de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar. Com isso, o governo pretende ajustar a execução das despesas públicas tendo em vista a situação financeira do país.

O bloqueio de recursos financeiros é frequentemente mencionado na literatura, segundo Araújo e Loureiro (2005), como uma das novidades introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal -LRF. Na realidade, o bloqueio de recursos financeiros, que consiste em um mecanismo automático e obrigatório de restrição na execução do orçamento por meio da limitação de empenho e movimentação financeira, não era encontrado dessa forma na legislação anterior. Anteriormente, a restrição orçamentária limitava-se apenas à movimentação financeira, sendo sua aplicação exclusivamente subjetiva por parte dos administradores.

De acordo com Galhardo *et al* (2013) o contingenciamento tem duas consequências na gestão das Unidades Gestoras-UG, primeiro ocorrem impactos que podem ser observados, por exemplo, pela redução da capacidade operacional da UG; segundo, surgem subterfúgios que desafiam os princípios impostos à Administração Pública e que são adotados pelos gestores com o objetivo de viabilizar a execução integral do orçamento autorizado, como a inclusão irregular de despesas em Restos a Pagar.

O propósito do mecanismo do contingenciamento é restringir a realização dos gastos orçamentários ao longo do ano, em montantes inferiores aos autorizados na Lei Orçamentária Anual - LOA e em créditos adicionais, para adequar-se ao fluxo de caixa. Isso é feito de forma a garantir que a execução das despesas não ultrapasse os valores efetivamente arrecadados, com o objetivo de assegurar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas (GALHARDO *et al*, 2013).

O mecanismo de contingenciamento traz inovações na Lei 4320/1964 incorporando além do componente financeiro, o componente orçamentário que se conhece usualmente como uma limitação ao empenho, de modo que, foi um avanço introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; FEIJÓ, 2008).

Na visão de Almeida; Sacramento; Raupp (2021), no que tange às universidades públicas federais, nos últimos sete anos, a partir de 2014, foram sucessivas e progressivas as reduções orçamentárias, por isso, cada vez mais o tema contingenciamento tem ganhado destaque nos debates públicos sobre ensino superior no Brasil. Ainda, pode-se dizer que as opiniões estão cada vez mais polarizadas devido à complexidade e amplitude do assunto, compreendendo-se as justificativas governamentais de recursos financeiros limitados frente às

necessidades coletivas, contudo, os autores enfatizam sobre a inclusão das universidades dentro das reduções orçamentárias (...) dizendo que o orçamento público é uma questão de escolha, (GIACOMONI, 2019 *apud* ALMEIDA; SACRAMENTO; RAUPP, 2021).

Finalizando a explanação sobre contingenciamento orçamentário e financeiro, o tópico a seguir discorre sobre a Assistência Estudantil -AE na Unipampa, partindo-se de um breve histórico desta no país.

2. 3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - AE NA UNIPAMPA

Para este tema, aborda-se inicialmente sobre a evolução da Assistência Estudantil-AE no país, e logo, da AE na Unipampa.

A evolução da AE no Brasil foi categorizada em três fases distintas: a da criação das primeiras universidades até a "redemocratização" política do país; a dos debates e projetos de lei que resultaram na nova configuração da política de AE nas universidades brasileiras; e a de expansão e reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES, estendendo-se até os dias atuais (KOWALSKI, 2012).

Marques (2018) discorre que o Programa Nacional de Assistência Estudantil -PNAES é uma iniciativa recente, a história da AE remonta à década de 1930 com programas de moradia e alimentação nas universidades federais. Houve reconfigurações, precarização dos serviços existentes nessa área, surgindo mobilizações do movimento estudantil, até que em 1987 emergiu o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis-FONAPRACE para fortalecer a política estudantil como um direito.

Para Nascimento (2013), o Fonaprace foi a principal instituição encarregada de liderar intelectual e moralmente a assistência estudantil-AE ao longo dos últimos anos, representando aos gestores dos Institutos Federais de Ensino Superior - IFES propôs como a assistência ao estudante deveria ser administrada no ambiente universitário, deveria haver um Plano Nacional de AE destinado aos estudantes de graduação das universidades federais, com alocação de recursos no orçamento anual do Ministério da Educação-MEC, criando-se uma estrutura organizacional em nível de Pró-reitoria nas universidades para definir e gerenciar programas e projetos de apoio aos estudantes (FONAPRACE, 2001).

Na Unipampa, a AE é desenvolvida pela Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC, compondo-se por duas divisões e um núcleo. A Divisão de Assistência Estudantil - DAE desenvolve ações abrangendo as áreas do PNAES, a Divisão de Controle, Planejamento e Projetos - DCPPE gere, controla e planeja os recursos dando transparência ao uso dos recursos públicos, e o Núcleo de Promoção de Saúde Mental e Práticas Desportivas -NPSMPD complementa as ações da DAE.

Em conjunto, as divisões e o núcleo visam garantir que jovens ingressantes tenham igualdade de oportunidades quanto à permanência na educação superior pública federal; as ações visam reduzir as diferenças sociais e regionais que afetam a permanência e conclusão dos estudos universitários; diminuir as taxas de retenção e abandono dos estudantes e contribuir para a promoção da inclusão social por meio da educação (PDI, 2019; PRAEC, 2023).

Segundo o PNAES (2010) as ações em AE serão implementadas em conjunto com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, objetivando atender aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação nas IFES, cabendo à instituição de ensino superior definir os critérios de acesso aos benefícios de assistência estudantil.

Desta forma, a Unipampa através da PRAEC (2023) estabelece os critérios de admissão aos beneficiários dos programas de AE em geral, e os destinados aos estudantes indígenas e quilombolas, oferecendo o Programa de Apoio à Permanência de Indígena e Quilombola-PAPIQ para cobrir as despesas iniciais de moradia e alimentação até a elegibilidade do aluno ao Programa Bolsa de Permanência do Ministério da Educação-

PBP/MEC, de caráter temporário, bem como, acesso gratuito aos Restaurantes Universitários-RU e vagas nos alojamentos de moradias estudantis, ambos, nas unidades que possuem o serviço.

Disponibiliza-se edital para o Auxílio ao Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola-ADAIQ para proporcionar a integração desses estudantes à vida acadêmica, por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão, ações sociais, culturais e de promoção da diversidade dentro da comunidade universitária, e a Monitoria Indígena e Quilombola-MonIQ que consiste num auxílio financeiro aos monitores que acompanham o desenvolvimento das atividades acadêmicas, presenciais e/ou remotas dos alunos Indígenas e Quilombolas na instituição (PRAEC, 2023).

Finalizada a fundamentação teórica, o tópico seguinte contempla a metodologia.

3. METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, conforme Gil (2010). Devido à escassez de dados e informações sobre a relação entre a Teoria Contingencial da Administração e o contingenciamento financeiro destinado aos alunos Indígenas e Quilombolas na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) durante o período de 2019 a 2022, utilizou-se de um estudo de caso exploratório para aprofundar a compreensão dessa relação no contexto específico da assistência estudantil na Unipampa (TRIVIÑOS, 2010).

O estudo de caso foi conduzido na Unipampa, uma instituição de ensino superior multicampi que recebe alunos indígenas e quilombolas. A seleção dessa universidade como caso de estudo permitiu investigar detalhadamente como a Teoria Contingencial da Administração se relaciona com o contingenciamento financeiro e sua influência na permanência desses alunos, possibilitando informações contextuais, relevantes para a compreensão das interações entre os sujeitos estudados.

A coleta de dados foi realizada por meio de três técnicas: dados documentais coletados do sistema Gestão Unificada de Recursos Institucionais -GURI da Unipampa, entrevista semiestruturada com quatro servidores, um deles, gestor na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários -PRAEC e profissionais que trabalham diretamente com as políticas direcionadas a indígenas e quilombolas, e também observação participante. Uma das pesquisadoras atua como servidora na PRAEC. A observação participante é conceituada como o processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana em sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo (MAY, 2001).

Inicialmente, coletaram-se dados do GURI, de relatórios específicos com dados dos alunos indígenas e quilombolas, no período de 2019 a 2022. Logo, realizaram-se as entrevistas, gravadas via *Google Meet* e transcritas, submetidas à análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) que consiste na categorização e interpretação dos dados coletados. As perguntas semiestruturadas abordadas durante a entrevista foram construídas a partir da literatura constante no estudo, utilizando perguntas abertas que permitiram a troca de informações entre entrevistados e pesquisadores.

O tópico a seguir trata dos resultados obtidos.

4. RESULTADOS

A análise dos resultados compõe-se dos dados coletados sobre o número de alunos indígenas e quilombolas da Universidade Federal do Pampa, dos recursos financeiros dos pagamentos de auxílios a esse público, no período em evidência, de observação participante, e de entrevistas semiestruturadas realizadas com gestor e servidores que atuam na área de Assistência Estudantil -AE. Para manter a confidencialidade dos entrevistados, estes foram

nomeados no trabalho como: Entrevistado 1 (E1), Entrevistado 2 (E2), Entrevistado 3 (E3) e Entrevistado 4 (E4). Por escolha dos pesquisadores as análises das inter-relações com a teoria constam ao final de cada tópico para uma melhor compreensão.

A seguir inicia-se o tópico 4.1.

4.1 TEORIA CONTINGENCIAL NA PERCEPÇÃO DE GESTORES E SERVIDORES DA UNIPAMPA

A partir de um roteiro de entrevista construído com questões abertas, formularam-se as mesmas questões aos entrevistados, realizando-se perguntas adicionais para aprofundar o entendimento de pontos que, porventura, não tenham ficado claros. Em resposta a como percebem a aplicação da teoria contingencial da administração na instituição, especificamente em relação ao contingenciamento financeiro destinado aos alunos indígenas e quilombolas no período de 2019 e 2022, o entrevistado E1, diz:

(...) considerando que o recorte era pequeno, eu acredito que a gente conseguiu atender (...). Aquele público que a gente identificou naquele momento e que foi possível ser identificado naquele momento. (...) Eu acredito que a gente conseguiu atender uns 80%, digamos, daquele público (...) eu teria que ter outros dados pra eu poder te dizer. Se não se sabe se de fato quem procurou o serviço foi atendido. Agora tem outros que podem não ter procurado serviço, que seriam desse recorte. Daí a gente teria que ter um estudo a mais pra poder, de certeza, dizer que afetou aquele grupo, aquele recorte de alunos também.

O entrevistado E2, proporcionou a seguinte resposta:

(...) Na realidade todo o público, toda a comunidade acadêmica foi muito afetada pelos contingenciamentos que as instituições de ensino superior vêm sofrendo nos últimos anos. E esse público, particularmente, com certeza, ele sofre mais, porque ele, a forma de cultura deles e de vivência é totalmente diferente da nossa. Então eles não vêm para a universidade como um outro aluno, de outra cultura, porque eles têm outros modos de viver que impactam diretamente em ele estar aqui na área urbana. **Então, claro que, para eles, a questão financeira impacta, na minha percepção, muito mais até do que para outro, para outro aluno (grifo nosso).** Não que esteja medindo quem, quem é mais vulnerável ou não, mas esse público indígena, ele tem essa diferenciação cultural, até pelo fato de que a maneira como ele vive na sua aldeia, no seu quilombo, enfim, totalmente diferente do que o nosso modo de viver. Então ele vem de um modo de vida muito mais simples, muito mais ligado à natureza.

O entrevistado E3 respondeu:

(...) não percebo contingenciamento direcionado ao público indígena e quilombola. Eu vejo o contingenciamento financeiro aplicado às universidades federais, dificultando o trabalho de gestão e de organização orçamentária para vários tipos de trabalhos, incluindo entre eles as políticas de assistência estudantil aos alunos indígenas e quilombolas. Então o contingenciamento ele atrapalhou esse público no sentido de dificultar o repasse de recursos financeiros, mas não só a eles, ao público geral e a políticas acadêmicas como um todo da universidade.

Quando questionados os servidores a respeito de como avaliaram a eficácia das medidas adotadas pela Unipampa para garantir a permanência desses alunos, considerando os contingenciamentos financeiros do período, foi respondido pelo entrevistado E3:

Eu considero que ela foi regular no limite, pelas limitações que o orçamento

destinou à universidade, sendo que as medidas práticas atenderam minimamente aos estudantes, possibilitando que um maior número de alunos fossem atendidos e como uma proposta contrária, paralelo a essa aplicação seria destinar um número maior, um valor maior de recursos a determinados grupos, com a consequência de deixar estudantes do público-alvo do Programa Nacional de Assistência Estudantil desassistidos de algumas bolsas. (...) em resumo, considero uma avaliação regular da aplicação dos recursos. Sim, afetou indígenas e quilombolas.

Segundo respostas do E4:

(...) negativo foi no sentido que a gente não conseguiu fazer os reajustes na dos valores pagos tanto para indígenas como pros não indígenas, de acordo com o que deveria de fato. Por conta da inflação, que subiu, a gente não conseguiu acompanhar, com a perda do poder aquisitivo dos recursos repassados. (...), porque a gente conseguiu atender a todos, mas não com os valores justos. E principalmente a questão do PBP - MEC (...) foi um desastre né? Porque daí nos anos anteriores, isso sim, isso é bem evidente, para além dos nossos recursos. (...) porque assim ô, o PAPIQ foi pensado a curto prazo, assim, o aluno entraria, acessaria o PAPIQ por poucos meses e entraria no PBP - MEC, e os reflexos desse governo em relação ao indígena a gente está sentindo até agora, mesmo com a troca de governo, né? Porque inclusive abriu agora as inscrições para o PBP - MEC, e foram disponibilizadas só duas vagas. Enquanto a gente tem mais de 20 inscritos aptos a serem atendidos. Então, assim, por conta da Lei Orçamentária do outro governo que foi restrita, não tem muito, muita margem aí para a gente conseguir, pelo menos nesse ano, melhorar essa situação (...) a maioria não vai conseguir ingressar.

Analisando-se o bloco de respostas, quanto a teoria contingencial na percepção de gestores e servidores da assistência estudantil da Unipampa, percebe-se a nítida aplicação da teoria nos afazeres diários dos servidores, as falas denotam a sensibilidade e rápida adequação às mudanças internas e externas, corroborando com a visão de Lopes (1989) quando coloca que esta teoria compreende não somente o conjunto de fatores visíveis como também aqueles sensíveis que mantêm um constante estado de mudanças provocadas pelos movimentos sociais, chamados de turbulência social. Entende-se que estão presentes diversos fatores contingentes, entre eles, acesso a tecnologia e ambiente influenciando nas medidas adotadas pela pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários influenciando tanto no funcionamento quanto no desenvolvimento dessa enquanto organização (MOLINARI; GUERREIRO, 2004).

Após a análise dos resultados do item 4.1, no item 4.2, expõem-se os resultados obtidos sobre o tema contingenciamento orçamentário e financeiro.

4.2 DO CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Para a compreensão dos contingenciamento orçamentários e financeiros havidos nos períodos pesquisados, traz-se dados extraídos de relatórios do Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais - GURI corroborados por meio dos registros processuais havidos no Sistema Eletrônico de Informações-SEI sobre os recursos pagos anualmente aos alunos indígenas e quilombolas referentes aos programas/auxílios oferecidos pela assistência estudantil-AE, sendo estes: o Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola-PAPIQ, Monitoria Indígena e Quilombola-MonIQ e o Auxílio ao Desempenho Acadêmico Indígena e Quilombola, conforme quadro 1.

QUADRO 1: Valores pagos (R\$) a Indígenas e Quilombolas por Auxílio

Auxílio	2019	2020	2021	2022
F PAPIQ	6.310,00	18.160,00	31.425,00	36.610,00
o ADAIQ	3.080,00	0	5280,00	8.160,00
n MonIQ	4.800,00	15.750,00	20.850,00	13.050,00
t				
e				
.				
E Total (anual)		33.910,00	57.555,00	57.820,00
l				

aborado pelos autores, 2023.

A partir do quadro 1, e da observação participante no que refere aos auxílios pagos houve um aumento dos auxílios pagos entre os períodos de 2019 e 2022 que se explica pelo aumento na quantidade de alunos indígenas e quilombolas que acessou a política em razão da pandemia, denotando que a assistência estudantil conseguiu atender a totalidade de alunos que acessaram as políticas. Mesmo frente aos contingenciamentos sofridos institucionalmente pelas políticas adotadas pelo governo federal à época, as flutuações do ambiente externo puderam ser suportadas pela assistência estudantil, de modo que, na medida em que os alunos indígenas e quilombolas tiveram conhecimento da política e a pleitearam houve maior aporte financeiro destinado a esses alunos.

Em complemento a essa constatação evidenciam-se as respostas que referem a quais estratégias e ações específicas foram implementadas pela Unipampa para atender às necessidades de indígenas e quilombolas diante dos contingenciamentos financeiros ocorridos de 2019 a 2022, ressaltando-se a resposta do E4:

(...) apesar da questão financeira, da gente estar com poucos recursos, a gente conseguiu desenvolver as ações, melhorar nossas ações, porque, por exemplo, o PBP-MEC, a gente simplesmente pagava, não fazia nenhuma avaliação de desempenho acadêmico, (...) Fazia-se essa verificação se o aluno estava com vínculo e autorizava o pagamento. E neste período, entre 2019 e 2022, a gente começou a desenvolver uma política de mais atenção para esses alunos (...) fortaleceu as nossas ações direcionadas aos indígenas, porque em 2017, (...) a gente tinha um único indígena que tinha entrado por esse processo seletivo específico único, matriculado dentro da instituição, (...) a partir do 17 em diante, a gente começou a implantar uma política, inclusive de ingresso na universidade (...) todo ano tem um edital específico, e isso possibilitou também que nós melhorássemos nossos processos de benefícios. A questão do MONIQ que a gente implantou, o PAPIQ, o ADAIQ, né? (...) foi positivo. Claro que poderia ter sido melhor se a gente tivesse recursos financeiros, mais recursos financeiros e conseguir pagar valores mais adequados, né? (...) somos uma das instituições que a gente facilita o acesso do indígena e quilombola (...) em outras universidades fazem a avaliação socioeconômica (...) a Unipampa não faz! Inclusive, há uns dois anos atrás eu estava passando os nossos documentos para a UFSM (...) lá todo indígena, quilombola, pelo menos até aquele momento, tinha que passar por avaliação socioeconômica para se beneficiar. (...) a gente estava à frente de muitas outras instituições, né? (...) Outra questão também é o fluxo contínuo do edital para acessar a política. Então, a qualquer momento, mesmo que o aluno não soubesse que existia, tem um edital com duração o ano todo aberto ali. Isso foi algo adotado nesses últimos anos.

Fazendo-se a análise dessa fala junto a observação participante pela vivência como servidora da pró-reitoria, os contingenciamentos orçamentários e financeiros de fato foram recorrentes no período compreendido pela pesquisa de 2019 a 2022, sendo diversas as vezes

que internamente orientou-se a realizar a dotação e o empenho dos recursos provenientes do PNAES, assim como, a inscrição em Restos a Pagar-RAP seguindo-se a legislação e os critérios adequados, de forma a não perder recursos financeiros e orçamentários. Assim, depreende-se das respostas que houve uma construção e/ou adaptação tanto de normativas da instituição como nas da PRAEC para melhor atender aos alunos indígenas e quilombolas. Estes movimentos são exatamente as consequências apontadas por Galhardo *et al* (2013), que coloca que sofreu-se na prática as consequências na gestão das Unidades Gestoras-UG, com impactos pela redução da capacidade operacional e logo surgiram os subterfúgios adotados pelos gestores para viabilizar a execução integral do orçamento autorizado. A assistência estudantil da Unipampa operacionalizou os recursos do PNAES usando-se desses subterfúgios amparada no calendário acadêmico proposto pela instituição para a graduação que se tornou irregular, isto é, diferente em razão do longo período de pandemia e da demora na implementação do ensino remoto.

Finalizadas as análises do tópico 4.2, apresentam-se os resultados do tópico 4.3, sobre a AE destinada aos Indígenas e Quilombolas - 2019 a 2022.

4.3 DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DESTINADA AOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS ENTRE 2019 E 2022

Para a construção deste tópico, fez-se o levantamento dos indígenas e quilombolas da Unipampa, a partir de 2017, início da política de ingressos com cotas direcionadas a esse público. Os dados institucionais retirados de relatórios da plataforma de Gestão Unificada de Recursos Institucionais - GURI, apontam que houve, desde 2017 até 2022, 36 ingressantes indígenas e 5 ingressos de quilombolas. Desse total de 41 alunos, 19 indígenas e 1 quilombola abandonaram seus cursos de graduação, isto é, 49%. Somente na pandemia, entre 2019 e 2022, 12 alunos abandonaram de um total de 23 ingressos do período, e tem-se que apenas 2 indígenas se formaram ao longo desses 6 anos da política de cotas da Unipampa.

Visto essa explanação inicial sobre o público-alvo das políticas de AE que embasam esta pesquisa, é possível perceber que num período de 6 anos somente dois indígenas aldeados concluíram suas graduações até 2023, não há registros de quilombolas formados. Confirma-se que houve um alto índice de evasão de 2020 a 2022. Dos ingressantes quilombolas, os registros de ingressos datam a partir de 2018, não tendo-se registros até 2022 de concluintes.

Em adição a essas informações traz-se a resposta obtida a respeito de qual foi o impacto do contingenciamento financeiro na AE oferecida aos indígenas e quilombolas no período de 2019 a 2022, segundo o entrevistado E3, como segue:

(...) o impacto em números, eu não sei te dizer, mas, com certeza, teve um impacto muito grande pela questão dos próprios auxílios nos reajustes, no que a gente deixou de poder ofertar para esses alunos em função desse contingenciamento que vem ocorrendo, não só para eles, mas para toda a comunidade que necessita e que é vulnerável e necessita desses auxílios, né?

O entrevistado E4, proporcionou a seguinte resposta:

Olha, negativo foi no sentido que a gente não conseguiu fazer os reajustes dos valores pagos tanto para indígenas como pros não indígenas, de acordo com o que deveria de fato, por conta da inflação que subiu e a gente não conseguiu acompanhar, com a perda do poder aquisitivo dos recursos repassados. (...) a gente conseguiu atender a todos, mas não com os valores justos (...) nesse período apesar da questão financeira, da gente estar com poucos recursos, a gente conseguiu desenvolver as ações, melhorar nossas ações, porque, por exemplo, o PBP-MEC, a gente simplesmente pagava. (...) não fazia nenhuma avaliação de desempenho

acadêmico ou de não fazer o acompanhamento do encaminhamento para o apoio pedagógico (...). O benefício gerido pelo MEC, direto, é somente aprovado pela Unipampa(...). Fazia-se essa verificação se o aluno estava com vínculo e autorizava o pagamento. E neste período, entre 2019 e 2022, a gente começou a desenvolver uma política de mais atenção para esses alunos. (...) melhorou e fortaleceu as nossas ações (...) porque em 2017, se eu não me engano, a gente tinha um único indígena que tinha entrado por esse processo seletivo específico (...). E a partir de 2017 (...), a gente começou a implantar uma política, inclusive de ingresso na universidade. Todo ano tem um edital específico e isso possibilitou também que nós melhorássemos nossos processos de benefícios.

Além disso, buscou-se compreender a percepção do gestor em relação à AE destinada aos indígenas e quilombolas, questionando-se sobre quais foram os principais desafios enfrentados pela AE da Unipampa ao lidar com os contingenciamentos financeiros destinados a esse público de indígenas e quilombolas, de 2019 a 2022, obtendo-se como resposta pelo entrevistado E3: “Possibilitar o reajuste e auxílios financeiros a esse público que pudesse efetivamente garantir a permanência desses estudantes”.

Em resposta a se esses desafios afetaram os indígenas e quilombolas, o entrevistado E1 relatou o seguinte:

(...) não chegou a afetar assim. Sim, porque, não afetou considerando o que a gente tem de mapeamento de alunos,(...) o que o sistema nos permite fazer hoje de mapeamento de alunos, aqueles que a gente se propôs ali, que a gente colocou como público principal do Moniq, do Adaiq, com certeza a gente conseguiu atender, de repente do Papiq tem algum aluno que (...) não chegou ao conhecimento do programa. Ele teria direito de solicitar! Pode ter acontecido. Aí teria que ter um estudo (...) um mapeamento real, hoje, quem são todos os discentes que pertencem a esse recorte? nosso sistema hoje não permite!

Segundo o relato do entrevistado E4 sobre a mesmo tema:

(...) o desafio que impactou mais (...) foi a falta de continuidade do PBP-MEC, (...) a gente tinha como algo certo, todo ano o aluno (...) tinha possibilidade de entrar e entrava no PBP né? (...) a gente trabalhava com aquela certeza e a partir desses anos, né, com esse governo, (...), ficou tipo, primeiro parou ali com o Temer para, depois ele abriu, depois parou de novo, depois abriu o ingresso no ano passado, né? E nesse ano, (...) inclusive por conta do reajuste de valores, enfim, eles não tiveram condições de atender todo mundo. Então tudo isso é reflexo, né? E daí, isso acaba afetando a nossa política (...) a política do papiq (...) foi pensado para ser mais pontual, (...) por um período menor. (...) inclusive, passamos a fazer a avaliação acadêmica desses alunos, estabelecer critérios de manutenção, por exemplo, para o PAPIQ que antes não tinha porque, como ele era bem pontual ali só para o início e ele já ia pro PBP-MEC, então não se pensava na questão da manutenção porque ele não ia ficar retido ali naquele programa. Era só um degrau para ele chegar lá no PBP-MEC, né? (...) como a gente ficou sem inscrições por um longo período. (...) nesse ano abriu a inscrição, mas não é suficiente. (...) eles têm que permanecer, aí mudou a lógica da nossa política nesse sentido. Acho que foi o maior impacto que teve disso tudo, né? Aqui acabou mudando a lógica do que a gente tinha pensado.

Em resposta a se as mudanças governamentais levariam a uma mudança das normativas internas, o entrevistado E4 relatou o seguinte:

Mudamos, em 2021 a gente alterou as normativas justamente pra poder dar conta dessa mudança da política, porque tinha sido pensada como a garantia que todo o ano devia ter a oportunidade de entrar no PBP. E daí daqui a pouco já não tinha

mais. Então nós tivemos que mudar, alterar toda a normativa, prever as avaliações acadêmicas, prever os critérios que isso nada estava previsto.

Após abordar as questões do roteiro, os entrevistados poderiam compartilhar informações adicionais que considerassem relevantes e/ ou reflexões pessoais, destacando-se a fala do entrevistado E2:

(...) se a gente tem políticas para ingresso, a gente tem que pensar na política da permanência, porque se não (...), vai tornar a inclusão uma palavra fictícia (...) Aí tu tem que levar em consideração as diferenças de vida, a vivência, a cultura, enfim. (...) é uma coisa muito importante esse acolhimento que a universidade tem que propiciar para esse estudante, sabe? (...). Por isso que esses programas de monitoria são importantes, porque esse monitor acompanha esse discente indígena, auxiliando nessas questões. (...) de internet, e de tecnologia. (...) esse é o maior legado que a gente pode deixar para as futuras gerações. (...) como que nós vamos propiciar que essa inclusão de fato aconteça, (...) e que ele possa se formar e levar esse conhecimento para sua aldeia. (...) com certeza o principal desafio foi conseguir manter, buscar formas e políticas e programas que mantivesse esse discente aqui. (...) não é só uma questão de possibilitar o ingresso, mas é a questão da permanência dele e de como, é do tempo dele para se formar dentro da instituição. (...) Que não haja uma questão de retenção, ou seja, que ele tenha que ficar muito tempo além do prazo para se formar.

O entrevistado E1, realizou o seguinte relato:

(...) A gente tem buscado bastante fazer a aproximação, porque embora a DAE faça toda a gestão organização dos processos, eles acontecem nas unidades. Então a gente está sempre procurando dialogar com os colegas das unidades para que eles façam esse contato com os alunos (...) e façam as orientações. E porque esse recorte de alunos, tem muitos alunos de fora (...) tem um pouco mais de dificuldade para adaptação e para conseguir entender os processos, porque é diferenciado (...) nessa questão burocrática, de organização de documentos. Então, sempre o diálogo, eu acredito (...) continua sendo uma das principais estratégias. (...) os próprios indígenas e quilombolas estão buscando se articular melhor, por conta de serem um grupo maior em 2023, eles querem fazer um movimento com todo esse grupo de alunos, entendeu? Para que todos tenham acesso às políticas.

Segundo o entrevistado E4:

(...) a partir do momento em que mudou o governo, daí a gente sentiu todo um movimento diferente, né? Para inclusive fazer uma alteração nas nossas políticas para melhorar os benefícios disponibilizados. (...) inclusive eles nos cobram ações que vão para além da nossa capacidade, no sentido de que fere o objetivo principal da política. (...) tem uma finalidade de evitar a retenção e eles nos cobram no sentido de concessão de benefícios sem cobrar contrapartida de desempenho acadêmico. (...) é algo até preocupante. (...) a cobrança vem por parte dos alunos (...), como se a gente tivesse que pagar e sem exigir contrapartida de desempenho acadêmico. Tipo, se o aluno ficar 15 anos cursando eu tenho que pagar bem e não pedir nada em troca (...). E isso vai contra inclusive ao objetivo da política de AE, que é evitar a retenção, evasão e que o aluno se forme no menor tempo possível para abrir vaga para o outro. Usufruir da política, tanto da política, da educação como da política de assistência para a conclusão.

Pelas respostas proporcionadas e pela análise de todas as informações contidas neste tópico compreende-se que a Unipampa utiliza-se da estrutura de uma pró-reitoria para execução dos programas, conforme a estrutura indicada pelo Fonaprace (2021). Embora houvesse um movimento reativo da assistência estudantil frente às mudanças e

contingenciamentos governamentais, resultaram insuficientes para conter a evasão havida no período analisado, indo ao encontro da fala do E1, quando afirma que há possibilidades de que alunos não tenham sido contemplados com a política porque o mapeamento que se tem é limitado podendo-se não ter atingido todo o recorte de alunos devido a deficiência dos sistemas institucionais. Depreende-se que o desconhecimento das políticas voltadas a indígenas e quilombolas e as deficiências no mapeamento podem ter influenciado na quantidade final de alunos contemplados.

Logo de finalizadas as análises dos resultados, no tópico 4, em continuação abordam-se as conclusões sobre o estudo.

5. CONCLUSÃO

Para desenvolver as considerações finais deste estudo fez-se o resgate do objetivo geral do artigo, que foi identificar a partir da Teoria Contingencial da Administração as relações entre o contingenciamento financeiro institucional e a permanência dos alunos Indígenas e Quilombolas na Universidade Federal do Pampa - Unipampa entre 2019 e 2022. Os resultados obtidos denotam que a Teoria Contingencial está presente na organização da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários da Unipampa, mesmo que desconhecida para o gestor e servidores que atuam na política de Assistência Estudantil - AE, sendo a teoria contingencial um conjunto de fatores, não só visíveis, mas também, sensíveis, que mantém um constante estado de mudança, proveniente da turbulência social.

O estudo evidenciou que, em se tratando dos contingenciamentos orçamentários e financeiros, os dados financeiros apurados, juntamente a informação dos inscritos nos programas ano a ano, a partir de 2019 até 2022, apontam que foram atendidos a totalidade de alunos indígenas e quilombolas que se inscreveram para acessar os programas, contudo, o estudo revelou que os contingenciamentos orçamentários e financeiros executados pelo governo atuante no período de 2019 a 2022 impactaram na instituição e nas políticas de assistência estudantil, fazendo com que normativas tivessem que ser discutidas e reformuladas para adaptar a instituição aos fatores políticos externos, medidas que repercutiram inclusive em 2023, ou seja, com reflexos que não se puderam combater ou mitigar.

Os contingenciamentos governamentais deixaram a instituição sem condições de propor os direcionamentos mais adequados em razão das limitações de recursos, afetando em muito as políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior e com o agravante que não foi plenamente explorado neste estudo, a Pandemia de COVID-19, que de alguma forma impactou as famílias dos estudantes indígenas e quilombolas sendo esses recursos públicos vitais naquele momento para a subsistência destes alunos. A luta da Assistência Estudantil da Unipampa para a manutenção do pagamento dos auxílios, principalmente a partir de março de 2020 com o início da pandemia foi crucial para que estes alunos não desistissem de seus cursos.

Concluindo-se, há a compreensão, a partir da teoria em tela, que há um conjunto de ações internas e externas à instituição que devem estar alinhadas para proporcionar a permanência nos cursos de graduação de alunos indígenas e quilombolas. As mudanças na política governamental, em especial do Programa Bolsa de Permanência do Ministério da Educação- PBP-MEC, determinou que mudanças internas na política fossem adaptadas aos programas voltados para indígenas e quilombolas, a exemplo da Instrução Normativa Unipampa - IN Nº 05 de 2021.

Por meio deste estudo constatou-se que o alcance da política ainda é limitado, no sentido de que não se tem certezas de que todo o público alvo da política tenha tido conhecimento de que existem as políticas na Unipampa. O incentivo da universidade aos

movimentos políticos de alunos indígenas e quilombolas é importante para identificar as diversas necessidades conjuntas. O estudo permitiu compreender que é importante desburocratizar os trâmites, mas, sem perder de vista a contrapartida estudantil, o que permite que a assistência estudantil cumpra seu papel de evitar a retenção e minimizar a evasão universitária.

Por fim, foram identificadas as relações entre contingenciamento financeiro e a permanência dos alunos Indígenas e Quilombolas na Unipampa, conforme proposto pelos objetivos do estudo demonstrando que a teoria está implícita na prática administrativa da universidade, e trouxe insights que apontam para a importância do diálogo com as unidades acadêmicas e a necessidade de trabalhar-se fortemente no acolhimento destes alunos.

Como limitações ao estudo observou-se que os sistemas de informações institucionais de banco de dados são limitados, exigindo-se o uso de várias fontes para ratificar as informações.

Como recomendação, a abordagem contingencial refere-se à rápida adaptação da organização à realidade imposta, ou seja, aos cortes de verbas orçamentárias e entende-se que a universidade estudada necessita também adotar um sistema de gestão de crise para contornar os inúmeros contingenciamentos que irá vivenciar em sua existência enquanto organização pública. Sugere-se ainda uma ampliação da pesquisa para obter-se a visão dos indígenas e quilombolas, e a visão dos servidores da Unipampa que atuam nos Núcleos de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas -NEABIs, da Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão - ADAFI que tratam especificamente desses alunos no âmbito institucional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA, Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/768428-universidades-tem-queda-de-investimentos-constante-desde-2015/>. Acesso em: 25/05/2023.

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. **Gestão de Finanças Públicas**. Brasília: Coleção Gestão Pública Ed., 2008.

ALMEIDA, Denise R.de; SACRAMENTO, Ana R. S; RAUPP, Fabiano M. **Os Desafios das Universidades Federais diante dos Constantes Cortes Orçamentários**. Corte no Orçamento das Universidade Federais: Significados e Efeitos. Organizadores: Renata Alvarez Rossi; João Martins Tude: Salvador, 2021.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Propuesta Educativa** | ISSN 1995 - 7785 | Número 52 | Año 28 | Vol.2 | Novembro de 2019.

ANASTASIOU, L.G.C. in **Temas e Textos da Educação Superior**, Campinas, Ed. Papirus, 2001.oricos. Disponível em: Meu@concinet (usp.br). Acesso em: 05/07/2023.

ASSIS, M. A. de. **Políticas Públicas** (Tipologias). In: DE CASTRO, Carmem Lúcia Freitas; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga e PINTO, Luciana Moraes Raso Sardinha (Org.). Dicionário de Políticas Públicas. Volume 2. Barbacena: EdUEMG, 2015.

ARAÚJO, F. C.; LOUREIRO, M. R. **Por uma metodologia pluridimensional de avaliação da LRF**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, p. 1231-1252, nov.-dez. 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2011. 279 p. ISBN 9788562938047.

BRASIL, **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES.

BRASIL, **Plano de Desenvolvimento Institucional. PDI**, UNIPAMPA, 2019.

CRISTOFOLETTI, R.; DIBBERN, L. M. L. **Flexibilização laboral e precarização do trabalho docente nas universidades públicas federais**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 869-888, 2018.

ESCOBAR, B. P.; LOBO, A. G.. **Implicaciones Teóricas y metodológicas de la evolución de la investigación en Contabilidad de Gestión**. Revista Española de Financiación y Contabilidad, v. 31, n. 111, p. 245-286, 2002.

FERREIRA, Ademir Antônio, REIS, Ana Carla Fonseca e PEREIRA, Maria Isabel. **Gestão empresarial: de taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas**. São Paulo: Pioneira, 1997.

FÓRUM, Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace. **Proposta do Fonaprace para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior**. Versão Final encaminhada para à ANDIFES. Recife, 2001.

GALHARDO, J. A. *et al.* **Reflexos do Contingenciamento Orçamentário e Financeiro da União Sobre a Gestão das Unidades Gestoras**. Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, 51 Belo Horizonte, v. 24, n. 4, p. 51-75, out./dez. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. São Paulo: Atlas, 2022. recurso online ISBN 9786559771653.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2012.

LOPES, J. **Uma introdução ao estudo da teoria contingencial aplicada à educação**. Revista Educação em Debate, Fortaleza, Ano 12, n. 17 e 18, p. 199-204, 1989.

MARQUES, S. R. **Assistência Estudantil e Serviço Social: A Questão do Acesso aos Programas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais do Estado da Paraíba Sob a Análise Avaliativa dos Assistentes Sociais**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

MAY, T. **Pesquisa social**. Questões, métodos e processos. 2001. Porto Alegre, Artemed.

MEYER, V. J; MEYER, B. **Planejamento Estratégico nas Instituições de Ensino Superior: Técnica ou Arte?**. IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2004.

MOLINARI, S. K. R.; GUERREIRO, R. **Teoria da contingência e contabilidade gerencial: um estudo de caso sobre o processo de mudança na controladoria do Banco do Brasil**. In: CONGRESSO USP, 4., 2004, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2004.

NASCIMENTO, C. M. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000 2013**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PEDROSA, R. C. R. **Um olhar sobre a política de assistência estudantil no processo de permanência de estudantes indígenas e quilombolas no ensino superior no Ifap-campus Macapá**. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2022.

PRAEC. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários**. Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/praec/>. Acesso em: 15/07/2023.

RESOLUÇÃO Nº 84. Dispõem sobre a **Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pampa: 2014**.

REZIO, M. G; SILVA, M. R. G. da. **Educação e pandemia: desinformação e contingenciamento de recursos públicos**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 41-57, 2020.

RISTOFF, D. **Os Desafios da Educação Superior na Ibero-América: Inovação, Inclusão e Qualidade**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 519-545, nov. 2013.

-----**A tríplice crise da universidade brasileira**. Avaliação (Campinas), Sorocaba , v. 04, n. 03, supl. 01, p. 09-14, set. 1999.

ROSSI, R; TUDE, J. **Cortes no Orçamento das universidades Federais: Significados e Efeitos**, Salvador, 2021.

SOUZA *et al.* **Teoria Estruturalista: uma visão do conflito organizacional**. Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v.10, n.1, p. 2-11, 2016 ISSN 1982-2537, 2016.

TRINDADE, H. **Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira**, ESTUDOS AVANÇADOS 14, 2000.

TRIVINOS, A. N.S, 1928-. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 19 reimpr.. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 175 p. ISBN 9788522402731.

UNESCO. **COVID-19: Efeitos na educação**. 2020 - Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 29/06/2023